

O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL – INDUSTRIALIZAÇÃO INDUZIDA E A QUESTÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – BR

Márcio Mendes Rocha
Departamento de Geografia na Universidades
Estadual de Maringá- Paraná – BR

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo históricos o processo de concentração industrial ocorrido no Estado de São Paulo – BR mostram do que tal concentração trouxe sérios problemas como a deterioração da qualidade de vida dos habitantes da metrópole.

Para tentar reverter ta situação os governos Federal e Estadual imprimiram uma política de descentralização industrial fomentando o estabelecimento de indústrias e agroindústrias no interior paulista. A industrialização induzida foi uma das estratégias utilizadas para dinamizar as economias regionais em São Paulo. Nesse trabalho pretende-se avaliar criticamente tal perspectiva de planejamento.

HISTÓRICO DA INDUSTRIALIZAÇÃO PAULISTA

Foi a partir do excedente acumulado pelo ciclo cafeeiro em São Paulo, no século XIX, além transformações estruturais na economia (urbanização, processo migratório) que floresce uma nova atividade econômica: a indústria. Isto ocorre devido ao amplo crédito concedido á atividade, menor custo de mão-de-obra devido a alteração na relação social de produção, e também amigação de trabalhadores especializados que se alocaram nos núcleos urbanos e deram início á atividade manufatureira em São Paulo.

Em meados de 1930 São Paulo já contada com um parque industrial privilegiado que se sobrepunha aos outros estados brasileiros. O resultado das condições propícias á implantação industrial foi um crescente processo de concentração indústria em São Paulo como escreve NEGRI (1982):

“O peso de v compilação ao resto do país pode ser avaliado pela sua alta concentração: já em 1919 os aperários empregados na indústria de transformação em São Paulo representam 29.1% do total do Brasil. A participação paulista no totaldo produto industrial brasileiro, que era de 32.2% em 1919, salta para 37.1% em 1928, devendo ser mencionado que este valor da produção industrial de São Paulo cresceu, em termos nominais, quase três vezes no período de 1919-28” (NEGRI, 1982:63).

Conjuntamente com a concentrado das indústrias tem-se uma crescente urbanização que se manifesta na Região Metropolitana e seu entorno e também no interior do Estado nos Centros Regionais. A ampliação da força de trabalho no setor industrial e de sua massa de salários provocaram dois fatores dinamiza dores:

“... primeiro relativo ao consumo de bens duráveis e não- duráveis, que tende a ampliar-se a diversificar-se em função das alterações nos hábitos alimentares e do avanço tecnológico, acelerando o crescimento do próprio setor industrial; o segundo é a expansão do setor terciário que se vê obrigado a ampliar sua estrutura de comercialização, de fornecimento de serviço, tais como abastecimento de água e energia elétrica, transporte, o sistema bancário e a estrutura governamental para o fornecimento de serviço de saúde, educação e segurança...” (NEGRI, 1982:65).

O processo urbano industrial imprimirá um novo padrão de desenvolvimento social. Concentrado a riqueza, estabelecendo a pobreza e agonizando as relações encher- classes sociais.

Um novo padrão irá caracterizar a industrialização brasileira após 1955 com a participação do Estado e do capital internacional. O Estado continua a subsidiar o setor de bens de produção investindo na indústria pesada; pé importante registrar acareação do BNDE (1952), pois foi a partir daí que o Estado pôde manter um planejamento de médio/longo prazo para o processo de industrialização, financiando importantes projetos, principalmente, nas áreas de energia elétrica e siderurgia, além da consolidação da PETROBRAS que vai se constituindo na base da indústria de refino de petróleo, precursora de petroquímica. O capital internacional, por sua vez, moderniza o processo produtivo trazendo “know-how” e maior competitividade para o parque industrial nacional. O capital investiu na indústria nacional investiu na indústria leve incluindo a produção de máquinas para lavourar e beneficiamento além da expansão das já existentes industriais alimentícias.

Esta constante transformação do padrão de industrialização levou a uma modificação de estrutura setorial da indústria paulista. O corte setorial refere-se à classificação dos ramos da indústria em:

GRUPO 1. Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não- duráveis: mobiliários; productos farmacêuticos e medicinais; produtos de perfumaria, sabões e vels; têxtil; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; produtos alimentares; bebidas; fumo; editorial e gráfica;

GRUPO II. Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários: minerais não metálicos; metalurgia; papel e papelão; madeira; borracha; couros; peles e produtos similares; química; produtos de matéria plástica.

GRUPO III. Indústrias predominantemente produtora de bens de capital e bens de consumo duráveis: mecânica; material elétrico/eletrônico e de comunicações; material de transportes, industrial diversos; e recentemente as unidades auxiliares de apoio a serviços industriais.

As industriais do Grupo I, no correr dos últimos 70 anos vão diminuindo sus participação até perder sua hegemonia, na década de 1970, havendo um crescimento dos Grupos II e III maior, crescimento absoluto do Grupo II e relativo do Grupo III – como podemos aobservar pelo quadro N°01.

Material elétrico/eletrônico e de materiais de transporte expandirá o ramo metalúrgico que agirá indiretamente no processo de urbanização do Estado de São Paulo, fomentando o desenvolvimento de setores relacionados com a construção civil e obras públicas, como são os casos das atividades madeireira, vidreiros, cerâmica, etc, que forçaram à frente o crescimento do Setor II. Embora o número de estabelecimentos no Setor II seja praticamente a metade comparando com o Setor I, o número de operários do Setor III tornou-se, a partir de 1975, superior aos outros Setores. Com o crescimento do Setor III temos um aumento progressivo da força de trabalho na indústria em São Paulo. De um total de 24 686 operários em 1907 passamos para 1 936 635 em 1980 (dados do censo industrial de 1907 e 1980), crescimento significativo que constata novamente o crescente processo de concentração em São Paulo.

Os marcos da industrialização pesada empresaram no momento do “Plano de Metas” e do “Milagre Econômico”. As consequências para São Paulo foram que no “Plano de Metas” ocorreu um reforço à metrópole mundial. Com o chamado “Milagre Econômico” tivemos o desencadeamento de diversos processos como: rápida transformação decorrente da concentração das indústrias no território metropolitano que como consequência aumentou os custos de aglomeração; implicação da infra-estrutura e urbanização do interior além da modernização.

Concomitantemente a esse processo da industrialização, São Paulo começa a vivenciar o que CANO (1983) denomina “caos urbano”, pois devido à concentração das indústrias na região metropolitana ocorre um aumento do preço da terra tornando-se, para os trabalhadores, cada vez mais difícil morar na periferia de São Paulo, cresce dessa forma a favelização pois, nesse complexo de relações, as migrações ocorrem num ritmo muito intenso, esses migrantes recém-chegados não encontram a menor condição de acomodar suas famílias indo morar embaixo de viadutos e em terrenos desocupados.

A formação do parque industrial aglutina uma massa significativa de trabalhadores que está direta ou indiretamente relacionada com a atividade produtiva. Portanto, observa-se uma concentração populacional nos núcleos urbanos e, no âmbito da acumulação, uma concentração e centralização do capital. Cabe observar que com o processo de industrialização ocorre um aumento da magnitude do capital na cidade contribui para agudizar as disparidades entre as classes sociais.

Para CASTELLS (1977), a unidade urbana é o espaço cotidiano de uma fração delimitada da força de trabalho. A contradição urbana é vista pelo processo de reprodução da força de trabalho, portanto:

“O que podemos dizer com relação aos problemas ditos urbanos de fato é que estão ligados aos processos de “consumo coletivo” ou que os marxistas chama de organização dos meios coletivos de reprodução da força de trabalho, isto é, dos meios de consumo objetivamente socializados e que, por razões históricas específicas, só essencialmente dependentes, por sua produção, distribuição gestão e da intervenção do Estado” (CASTELLES, 1977:4).

CUADRO N°1

Evolução do Valor de Produção Industrial (VPI), Número de Operários e Número de Estabelecimentos por Grupos de Indústrias. Estado de Sao Paulo - 1907/1980 - Distribuição Porcentual.

ANOS	VPI			N° OPERARIOS			N° ESTABLECIMIENTOS		
	GRUPOS			GRUPOS			GRUPOS		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III
1907	75.7	22.7	1.5	75.7	22.8	1.5	70.1	25.7	3.4
1919	77.5	19.6	2.8	70.5	26.9	2.6	60.1	35.2	4.7
1928	76.0	20.2	3.8	70.1	21.5	8.4	83.1	11.3	5.7
1937	69.6	24.7	5.7	59.9	29.7	10.4	64.1	29.3	6.6
1939	65.6	24.6	9.8	64.1	28.9	7.0	65.3	29.3	5.5
1949	59.3	30.7	10.1	55.8	34.5	9.7	60.9	32.4	6.4
1956	50.0	35.2	14.8	50.6	33.9	15.5	54.3	37.7	8.1
1959	44.1	32.8	23.1	47.0	32.7	20.2	54.8	33.8	11.5
1970	39.4	32.8	27.8	40.1	32.1	27.7	51.7	32.4	15.9
1975	28.6	39.0	32.4	32.8	33.1	34.1	46.1	33.8	20.1
1980	26.9	42.7	30.4	31.8	32.0	36.2	45.4	34.6	20.1

FONTE: IBGE- Censo Industrial 1907, 1920, 1940, 1950, 1960, 1975 e 1980 e Pesquisa Industrial de Sao Paulo 1956. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comercio do Estado de Sao Paulo/Directoria de Estatística Industrial do Estado de Sao Paulo. Estadística Industrial de Sao Paulo, 1928/37.

O Estado não apresenta um planejamento condizente para tal situação que traz como consequência as invasões de terrenos, depredação de conjunto habitacionais do BNH, etc.

O transporte urbano se torna ineficiente, necessitando o trabalhador de cada vez mais tempo para se deslocar de casa ao trabalho. Em fim, a cidade incha e se desordena.

“A grande concentração da indústria na Região Metropolitana teve como consequência acelerado processo deterioração das condições de vida principalmente dos residentes na periferia da capital paulista e dos principais municípios do seu entorno, ampliação dos denominados “custos de aglomeração” urbana e a geração de sérios problemas de ordem ambiental. Tais questões começam a ser levantadas em importantes trabalhos (FIESP em 1961. CEPAL/BNDES em 1965 e CANO em 1967) e discutidos pela sociedade de São Paulo, levando o governo a incorporar-se na discussão” (TARTAGLIA, 1988: 12).

Estas circunstâncias acabariam criando as condições para a descentralização da atividade industrial paulista para o interior do Estado.

INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA PAULISTA DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL

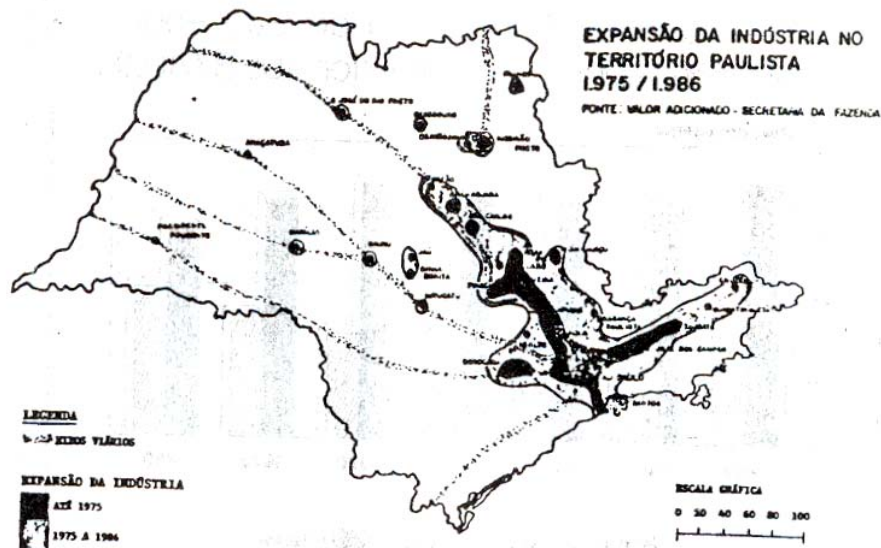
A partir de políticas de incentivo ao estabelecimento de indústrias no interior e políticas restritiva na capital do Estado e seu entorno ocorreu em São Paulo um processo de descentralização industrial, como pode ser observado no mapa abaixo.

A deterioração da vida urbana na metrópole paulista trouxe enormes problemas para o Estado, de difícil solução como os de transporte coletivo habitação, saneamento, poluição, etc. Diante disso, como nos coloca CANO (1983).

“O governo autoritário “decidiu” que a metrópole paulista não poderia mais crescer e que, para isso, a industrialização deveria ser descentralizada. O governo deferiu... propugnou medidas direcionadas muito mais no sentido de descentralizar para a periferia nacional para o nordeste principalmente. O estadual revigorou antigas propostas de descentralizar a indústria para o interior” (p 120).

Com isso não se atacou a causa e sim o efeito, levou-se para o interior o modelo de desenvolvimento urbano industrial da metrópole. Hoje, depois de 20 anos os mesmos problemas ocorrem nos núcleos regionais paulistas. O gráfico abaixo constata o aumento percentual do valor a produto industrial de 1928 e 1980, do interior de São Paulo. pode-se constatar que ocorreu um aumento do valor da produção industrial no interior no período de 1970/80 (neste período observa-se um aumento da VPI do interior na ordem de 12 pontos percentuais), isso deve-se principalmente aos incentivos federais como por exemplo o PROACOOOL, a construção da Usina de Paulina em Campinas, a consolidação da produção de laranja em Bebedouro e região. O complexo agroindustrial traz

o desenvolvimento de uma indústria da agricultura, que são as manufaturas agrícolas e uma indústria para a agricultura, que é a indústria para a agricultura que é a indústria química como o fornecimento de insumos agrícolas e também a indústria mecânica como os maquinários, tanto para o cultivo como para o beneficiamento. O processo de modernização da agricultura levou a indústria para o campo.

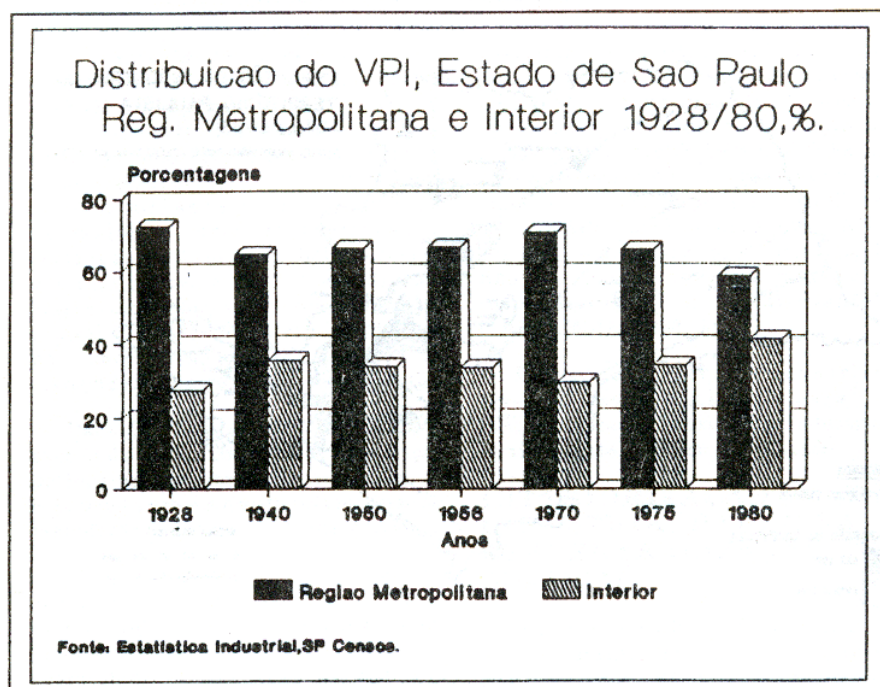


“O interior cresceu a taxas médias anuais superiores não só às da Região Metropolitana mas principalmente, às da indústria nacional, nela ampliando sua participação de 14.7% em 1970, para 17.1% em 1975 e para 19.8% em 1980. Isto significa dizer que o Interior do Estado de São Paulo é a segunda maior concentração industrial do país (perdendo apenas para a Região Metropolitana de São Paulo)” (TARTAGLIA, 1928: 25).

A interiorização da indústria paulista é caracterizada pela sua complementaridade com a industrialização metropolitana. A concentração da atividade industrial interiorana no Grupo I é continuada com a modernização da agricultura. Esta indústria estabelece o aporte necessário para o desenvolvimento do processo industrializador verificado no Estado.

A criação do parque industrial aumentou a necessidade de mão-de-obra utilizando, num primeiro momento, os trabalhadores expulsos do campo, levando ao êxodo rural-urbano. Ao mesmo tempo, efetiva-se a tendência de remanejamento produtivo com a implantação da cana-de-açúcar e da agroindústria açucareira, cítricas, algodoeira, o que retorna a região um dos principais pólos agroindustriais do país.

“A agricultura interiorana desenvolveu-se sobremodo, exigindo um aprofundamento da agroindústria e do setor produtor de bens de produção para aquela expansão, notadamente na transformação de soja, citros, cana-de-açúcar e carnes”. (NEGRI & CANO, 1983:111).



Nos últimos 20 anos o Estado acompanha esse desenvolvimento e estabelece programas de fomento a economias locais estas estão marcadas pela lógica capitalista de produção do espaço. Os municípios com menor desenvolvimento tendem a ser submetidos às demandas do capital dos núcleos regionais. Na tentativa de dinamizar a economia de certos municípios o Estado de São Paulo fomenta projetos de instalação de parques industriais ocorrendo, portanto, uma industrialização induzida onde, a nível das prefeituras municipais, observa-se a oferta de uma série de incentivos como: doação de terrenos para a construção das indústrias; isenção de impostos; preparação por parte do município da infra-estrutura para a instalação industrial, etc. Visando com isso dinamizar a economia local trazendo novos postos de trabalho e também evitando um êxodo populacional. Ocorreu que esta indústria não surtiu os efeitos desejados. Em pesquisa desenvolvida pela Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia de São Paulo constatou-se uma certa ociosidade dos distritos industriais instalados, como segue:

“... em 1980 foram detectadas 52 distritos industriais no Estado de São Paulo. Agora, passados 5 anos dessa pesquisa, pode-se constatar a existência de 130 distritos, estando grande parte já regulamentada por lei ou decreto municipal e somente 12 deles com ocupação total” (PROMOCET, 1985: 14).

A ociosidade dos distritos industriais não quer dizer que não ocorreu um crescimento industrial no interior. Campinas, por exemplo, não ofereceu incentivos para as instalações industriais existentes e, no entanto, é a concentração industrial mais importante do interior paulista. Não é a simples instalação industrial que determina o desenvolvimento do setor. Houve gastos excessivos por parte de prefeituras e também emvidamentos com o intuito único de se construir os distritos industriais não levando em conta a capacidade

da cidade comportar a população trabalhadora, as conseqüências ambientais de tal instalação, a necessidade de estudos sobre o potencial de mão-de-obra para trabalhar no distrito, o planejamento para a qualificação de mão-de-obra do município, etc. A falta de planejamento levou à ociosidade verificada nos distritos industriais paulistas. Hoje existe uma regulamentação mais rigorosa quanto à instalação, por parte do Estado, da construção de distritos industriais.

BIBLIOGRAFIA

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo. T. A. Queiroz. 1983. 380 p.

CASTELLS, Manoel. A questão urbana (posfácio). IN: SELEÇÃO DE TEXTOS 3. Set. 1977. AGB. São Paulo. P 1-38.

NEGRI, Barjas. A interiorização da indústria paulista (1920-1980). Relatório SEADE. Fundação SEADE. São Paulo. 1982. . 145 p.

PROMOCET (Promoção de Ciência e Tecnologia). Secretaria da Indústria. Comércio, Ciência e Tecnologia. Distrito industriais no Estado de São Paulo, 1985, 2 p.

ROCHA, Marcio Mendes. As tendências de Brodowski- SP. Como cidade dormitório: uma abordagem regional. Viosa, UFV, 1992. 91 P (tese MS).

TARRAGLIA, J. C. (org) Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo. São Paulo, Ed. UNESP, 1988. 154 P.